

DIGITAIS PELO CAMINHO

PF contradiz Wassef e mostra que ele entregou a Cid Rolex recuperado nos EUA

EDUARDO GONÇALVES E RYNALDO FURULLO JR. [@eduardogoncalves](#) [@rynaldojr](#)

O avanço das investigações da Polícia Federal sobre suposto esquema de desvio e comercialização de bens do Estado brasileiro por parte de homens de confiança de Jair Bolsonaro pôs em xeque a versão do advogado do ex-presidente Frederick Wassef, um dia após ele ter dito que "jamais soube da existência de joias ou quaisquer outros presentes" recebidos pelo ex-entulhado do Palácio do Planalto. Suspeito de ter participado de uma "operação de resgate" de um relógio Rolex dado por autoridades saulistas a Bolsonaro, o advogado teria entregado a peça ao ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid em um encontro na Sociedade Hípica Paulista, na cidade de São Paulo. O nome de Wassef também aparece no recibo da compra da peça nos Estados Unidos, de acordo com o blog de Valdo Cruz, do gl.

Segundo mensagens de WhatsApp obtidas pela PF, Wassef chegou a São Paulo com o Rolex no dia 29 de março de 2023, após ter buscado o item em uma loja na Pensilvânia, nos Estados Unidos, para qual havia sido vendido. Nessa data, outro assessor do ex-presidente, coronel Marcelo Câmara, escreveu a Cid: "Material em São Paulo", referindo-se ao relógio. Aquela altura, a existência das joias já havia sido noticiada, mas não se sabia onde elas estavam.

"NÃO TIVE POSSE DE JOIAS"
No domingo, após o caso vir a público, Frederick Wassef divulgou uma nota oficial em que afirmou: "nunca vendi, ofereci ou tive posse de joias". O advogado disse que a primeira vez que tomou conhecimento da existência das peças "foi no início deste ano de 2023 pela imprensa".

Os registros do telefone de Cid, segundo a polícia, mostram que ele estava em São Paulo para participar de uma competição de hipismo, "realizando constantes deslocamentos para o local das competições e áreas de lazer como cinema e praças de alimentação". Para a PF, "essa dinâmica



Contradição. Advogado de Bolsonaro, Wassef havia dito que "jamais soube da existência de joias ou quaisquer outros presentes recebidos" pelo ex-presidente

OUTRAS POLÊMICAS ENVOLVENDO O ADVOGADO

Esconderijo de Queiroz



Wassef era dono do imóvel em Atibaia (SP) onde Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, foi preso em 2020. Segundo o advogado, Jair Bolsonaro tomou a decisão de ajudar Queiroz, apontado como operador de suposto esquema de rachadinha no gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Ele era procurado há quase um ano.

"Anjo"

O advogado usou a alcunha "anjo", dada a ele por Queiroz quando estava escondido em Atibaia, em sua candidatura malsucedida a deputado federal por São Paulo no ano passado.

Danos morais



Frederick Wassef foi condenado, em julho do ano passado, a indenizar o ex-deputado Jean Wyllys em R\$ 20 mil por danos morais. O advogado, assim como outros bolsonaristas, sugeriu em postagens na internet que o ex-parlamentar teria algum tipo de ligação com Adélio Bispo, autor da facada em Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018.

Wassef ganhou projeção em 2019, quando conseguiu que o STF suspendesse todas as investigações feitas com base no compartilhamento de dados bancários sem autorização judicial — que incluía a investigação sobre um esquema de rachadinha no gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A decisão foi posteriormente derrubada pelo plenário da Corte.

Em junho do ano seguinte, Fabrício Queiroz, apontado como operador da rachadinha, foi preso em um sítio de propriedade de Wassef, em Atibaia (SP). O paradeiro de Queiroz era desconhecido há quase um ano. O advogado tinha dito que não sabia onde estava o ex-assessor de Flávio. Após a prisão, negou que estivesse escondendo Queiroz, mas não explicou o que ele fazia em seu imóvel. Ele era chamado de "anjo" pelo ex-assessor e seus familiares.

Após dois dias de silêncio sobre a operação da PF deflagrada na sexta-feira, os filhos de Bolsonaro e seu entorno têm usado uma legislação sem efeito para defender o ex-presidente. O movimento teve in-

cio com uma postagem do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) no domingo. Ele usou uma portaria nula para afirmar que o entendimento do TCU sobre presentes dados a chefes de Estado teria mudado, o que não ocorreu.

REALIDADE DISTORCIDA

Nas postagens, políticos citam uma portaria assinada pelo então ministro da Secretaria-Geral da Presidência de Michel Temer (MDB), Ronaldo Fonseca. No texto, joias são descritas como bens de natureza personalíssima, podendo fazer parte do acervo privado do presidente. Segundo especialistas ouvidos pelo GLOBO, porém, a medida não tem validade. Há um entendimento anterior do TCU sobre o tema.

Desde 2016, a Corte entende que apenas itens "personalíssimos" podem ser incorporados ao acervo privado de presidentes e cita bonês, camisetas e perfumes como exemplos. O relator do caso, ministro Walton Alencar, já disse que joias não poderiam ser enquadradas nessa classificação.

O presidente do partido de Bolsonaro, o PL, também saiu em defesa do ex-presidente. Valdemar Costa Neto divulgou um vídeo dizendo que ele é "honesto" e "o maior líder que o Brasil já conheceu". Mas não cita o caso das joias. (Colaborou Luísa Marzullo)



"Jamais soube da existência de joias ou quaisquer outros presentes recebidos. Nunca vendi nenhuma joia, ofereci ou tive posse"

Frederick Wassef, advogado de Bolsonaro, em nota divulgada no domingo

"Material em São Paulo"

Coronel Marcelo Câmara, em mensagem a Mauro Cid, referindo-se, segundo a PF, ao Rolex recuperado por Wassef

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4